Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

DINÂMICAS DE CENTRO E PERIFERIA NA CONFORMAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL: o Paraná no início do século XX

DYNAMICS OF CENTER AND PERIPHERY IN THE CONFIGURATION OF THE INTELLECTUAL FIELD: Paraná at the beginning of the 20th century

Alexandro Neundorf[1]

RESUMO: Este artigo aborda a composição de uma intelectualidade no Paraná durante o início do século XX, explorando uma perspectiva que a toma como periférica. Uma das primeiras questões enfrentadas é a compreensão dos limites do termo "intelectual" no contexto da história intelectual e dos intelectuais. Além disso, investiga-se a categoria social dos intelectuais, buscando definir os parâmetros que abrangem as particularidades dos intelectuais no contexto histórico específico do Paraná no início do século XX. O estudo examina a formação das intelectualidades no estado, analisando como os personagens em questão contribuíram para a construção do ambiente intelectual e para as discussões que permearam a época.

Palavras-chave: História Intelectual, Intelectuais, História regional e local.

ABSTRACT: This article examines the composition of an intellectuality in Paraná during the early twentieth century, exploring a perspective that takes it as peripheral. One of the first issues confronted is the understanding of the limits of the term "intellectual" in the context of intellectual history. In addition, the social category of intellectuals is investigated, attempting to define the parameters that comprehend the particularities of intellectuals in the specific historical context of Paraná in the early twentieth century. The study examines the formation of intellectualities in the state, analyzing how the characters in question contributed to the construction of the intellectual environment and to the discussions that permeated the time.

Keywords: Intellectual History, Intellectuals, Regional and Local History.

INTRODUÇÃO

Em um quadro amplo das transformações sociopolíticas e culturais do Brasil no início do século XX, as dinâmicas intelectuais cumpriram um papel fundamental na

[1] Doutor em História (2009-13) pela Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Pará. E-mail: alexandroneundorf@gmail.com

construção e redefinição das identidades regionais e nacionais. As aqui chamadas "intelectualidades periféricas", nesse contexto, concernentes aos estados fora do eixo central do país, representado por São Paulo e Rio de Janeiro, ganham relevância como agentes influentes na produção de discursos, no estabelecimento de redes de sociabilidade e na formulação de estratégias de participação política. Um caso exemplar dessa dinâmica é observado no Paraná, onde um grupo de intelectuais emergiu como protagonista na definição das questões culturais e políticas que moldaram o percurso histórico do estado. Este trabalho objetiva articular e apresentar alguns resultados provenientes de dois eixos de análise. Inicialmente, visa discutir a noção de "intelectual", tanto em um caráter genérico, com os aportes advindos da discussão posterior ao caso Dreyfus (e aqui se faz uma espécie de genealogia do termo), como em um contexto mais específico, do fim do século XIX e início do XX, no estado do Paraná. Já em um segundo instante, o texto apresenta alguns aspectos particulares da constituição de uma intelectualidade para este estado, no envolvimento de diversos personagens daquele contexto junto a debates seminais de sua sociedade, nomeadamente: a querela sobre as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina e a constituição de uma identidade para o Paraná e o paranaense. Em toda sociedade, os indivíduos que a compõe assumem (e/ou são assumidos por ela) certas posições que possuem uma configuração de funções, códigos de comportamento, formas de proceder, uma ética, etc., sempre muito específicas e que acabam por gerar a identidade desses grupos e os torna reconhecíveis. Nesse sentido, o intelectual é um indivíduo que, partícipe do grupo maior "intelectualidade", conforma-se a sua posição na organização de sua sociedade. Portanto, independentemente de seu *status* particular ou de grupo, ocupa um "lugar" nessa sociedade.

Assim sendo, no estudo do "lugar" que ocupam e que a eles é reservado (ou que eles mesmos se reservam), compõem-se como objetivos primários, não só a compreensão do termo que os nomeia (e que é também fornecedor de identidade), mas o entendimento das ideias, sistemas de pensamento, visões de mundo, que conformam as mentes e as ações; a

forma como esses indivíduos (enquanto partícipes do grupo nomeado) projetam-se na sociedade; a organização e os vínculos entre os indivíduos que compõem esse grupo (através do seu discurso e da sua ação); a identidade do seu discurso e os lugares onde ele é produzido e emitido. Devemos ter em mente que o próprio nome que o grupo atribui a si mesmo (ou que noutros casos é-lhes atribuído) é produto de uma confecção que leva em consideração (talvez em parte) essa posição, esse lugar ocupado. Dessa forma, como um reconhecimento antecipado da identidade de grupo. Nomear é impor limites, conter a polissemia e estabelecer domínios (ou lugares).

Ao tratar da temática dos intelectuais, em qualquer contexto, uma das primeiras constatações é a de que o termo que os nomeia surge com uma defasagem temporal relativamente ampla em relação à origem e desenvolvimento do grupo social particular. Nesse sentido, pode-se pensar uma história particular do termo e seu desenvolvimento, paralela a uma história do grupo social específico a que aquele referencia. Embora, por analogia, em um sentido *lato sensu*, o intelectual seja identificado em momentos históricos muito anteriores a sua data de nascimento[2], geralmente percebido como uma genérica "classe culta", é somente na época moderna que o termo pode ser adequadamente usado, em um sentido próprio, embora ainda assim devamos pensá-lo como um intelectual *avant la lettre*. É a partir de um maior desenvolvimento das forças produtivas e a formação de uma sociedade civil, perpassando pelas reformas do aparelho administrativo e burocrático estatal, a maior flexibilização do acesso aos cargos burocráticos, a criação das escolas públicas e a renovação das universidades, que uma profunda mudança nas chamadas *Ars Liberales* torna possível a existência de uma classe culta para além do clero e da aristocracia. Já em Jean Le Rond d'Alembert, passando por Edmund Burke, Johann Gottlieb Fichte e Aléxis de Tocqueville, que se verifica uma reflexão sobre os problemas dos intelectuais (o lugar que ocupam e a legitimidade para o ocuparem), embora

[2] Embora a coerência exija que chamemos, nesse jogo de palavras, de data de batismo, desde que levadas as colocações acima mencionadas em consideração.

escrevessem referindo-se às *gens de lettres*, aos *philosophes* ou aos *gelehrten* (MARLETTI, 1998, p. 637-40).

No entanto, se o processo de autonomização da razão nos diversos campos da arte, das ciências, da técnica, do direito, da ética, com relação às instituições eclesiásticas e estatais, ocorre ao longo dos séculos XVIII e XIX, é somente ao fim deste último que se torna possível a formação dos intelectuais como um grupo distinto, definido e nomeado. A atribuição do termo "intelectual" ao grupo referente marca o local e a sua data de nascimento, ou em outros termos, a intersecção do termo com o grupo social específico que àquele nomeia. É na França, ao momento do *affaire* Dreyfus, que Émile Zola convoca a público uma nova categoria: a dos intelectuais. Neste momento, o foco dos interesses residia na defesa de valores morais e políticos tomados como causas universais: a justiça, a verdade, a liberdade (PROCHASSON, 1998, p. 221-236).

A título de contextualização, o caso consistiu na identificação de uma ação de espionagem na França, que estaria em colaboração com o Reich Alemão, logo seguida de uma investigação que colocaria Alfred Dreyfus como culpado sumário do episódio. Dreyfus seria o traidor ideal por ser, ao mesmo tempo, judeu e alsaciano (região francesa ocupada pela Alemanha em 1871), em um momento de uma forte onda antissemita na França. O caso desenrolar-se-ia sob a forma de forte protesto ante a inocência do acusado, mantido como tal a fim de que o exército francês não se visse fragilizado por incorrer em um erro de julgamento. Como fato mais significativo desse momento destaca-se o ingresso do escritor Émile Zola (o mais popular da França àquela época) e sua carta *J'accuse!* publicada no *L'Aurore* de George Clemenceau. Seguindo à Zola, inúmeros outros intelectuais aderiram ao *Manifesto dos Intelectuais*, entre eles Anatole France e Marcel Proust. Com base no caso Dreyfus e na gênese da categoria, podemos iniciar uma tentativa de definição da noção de "intelectual", elencando alguns aspectos que a definiam naquele contexto: em primeiro lugar, a defesa de determinados valores de uma sociedade; e nesta defesa, em segundo lugar, a inserção na cena pública. Como decorrência subsequente das

considerações anteriores, outro aspecto que os caracteriza é o fato de os intelectuais possuírem certo renome: como artistas, literatos, cientistas e poetas.

No entanto, a condição do "ser intelectual" não cabe em uma definição tão dura e formal, uma vez que o seu papel na sociedade, derivando de conjunturas históricas precisas, evolui de acordo com as próprias mutações intelectuais e políticas. Desse modo, cada época parece fornecer um modelo específico de intelectual (SILVA, 2003), ou em outros termos, toda sociedade tem os intelectuais que lhe convêm (BOBBIO, 1999, p. 157). Partindo desse pressuposto, a compreensão da especificidade de uma determinada realidade sociocultural, assim como uma problematização da noção de "intelectual", fornecerá as coordenadas para uma reflexão sobre o arquétipo de intelectual presente em cada contexto histórico. Concordamos que, se não há o intelectual como uma categoria a-histórica e homogênea, certamente há um certo núcleo semântico, relativamente permanente, que é condição necessária para que a noção seja dotada de sentido.

No caso específico do Paraná, a compreensão do ideário e das peculiaridades históricas concernentes ao período estudado, ou seja, a verificação dos quadros de referências a que esses intelectuais tiveram acesso, permitir-nos-á entender não só a singularidade desses personagens que chamamos intelectuais, observando também suas projeções na cena pública através do debate sobre as fronteiras, como também os limites no uso dessa noção em contextos específicos de pesquisa. Um próximo passo consistiu em compreender as narrativas intelectuais como manifestações dos respectivos sistemas de representação as quais estas estão inseridas e que, ao mesmo tempo em que nos fornecem uma maneira de apreender o contexto da época, também possibilitam entender o modus operandi da construção de identidades intelectuais, por exemplo. Por outro lado, vale destacar que o caso paranaense configura a constituição de um circuito intelectual deslocado do eixo hegemônico Rio-São Paulo e por isso sustenta-se como “periférico”, tanto num sentido mais trivial, como posição ocupada, mas também no sentido sociocultural, de um grupo que orbita um centro que serve de referência. Essa condição

implica em formas particulares de inserção no espaço público, de articulação discursiva, no uso de estratégias de legitimação, na disputa por autoridade política e cultural, dentre outros aspectos.

1. INTELECTUAL OU INTELECTUAL?

Uma primeira fronteira a ser decifrada, consiste na compreensão não só dos limites do uso do termo intelectual aos personagens objeto de uma pesquisa, na ótica da história intelectual ou dos intelectuais, como também nos próprios limites da categoria social, ou então, nos limites de uma definição que dê conta das especificidades do intelectual no contexto histórico do Paraná do início do século XX, em nosso caso. E as posições conceituais a seguir apresentadas são tomadas mais como ponto de partida para o entendimento da especificidade paranaense, do que como uma explicação final (SAID, 2005).

Embora, na acepção dreyfusiana do termo, intelectual remeta muito mais a um modo de ação ou mesmo de comportamento (haja vista a ênfase na defesa de valores universais em cena pública), em outros contextos, como o brasileiro, o termo assume uma conotação pervertida da original ao se referir muito mais a uma espécie de marca, de qualificativo, de epíteto, sem vinculação necessária a qualquer forma de conduta ou de proceder. Poderíamos concordar que no caso específico brasileiro, a categoria intelectual designe com maior objetividade o conceito numa acepção trivial, sem comprometimento, como no caso francês, com uma forma de comportamento (SILVA, 2003). Mesmo acreditando que em grande medida isso possa ser atribuído ao contexto brasileiro, no Paraná, a querela dos limites com Santa Catarina ocupou um espaço vital da vida política e intelectual, obrigando diversos personagens a entrar em cena, na defesa daquilo que julgavam justo e verdadeiro, como valores centrais de sua sociedade. Se essas bandeiras foram defendidas com honestidade ou simplesmente porque ofereciam ao discurso uma

maior carga emocional, positivamente favorável à recepção de seus interlocutores, aqui não vem ao caso. Queremos afirmar, no entanto, que há uma inserção no palco público em torno da defesa de uma determinada causa: há uma fala pública, uma ação exercida em espaço público, e uma ação de defesa em cena pública que, de fato, promove um retorno em termos de renome a esses personagens.

Se o intelectual é o artista, ou o cientista, poeta, jurista, literato, que intervém criticamente no espaço público, acreditamos que, até aqui, os personagens estudados no âmbito do Paraná no início do século XX qualificam-se para serem chamados "intelectuais". Porém, outros aspectos podem ser tomados e agregados aos anteriores, a fim de se compreender a complexidade da categoria, e, em específico, no contexto de análise já proposto. Outras qualidades poderiam ser preenchidas a fim de se chegar a uma definição mais precisa (ou aproximada) do "intelectual": se num primeiro instante, no âmbito das representações cotidianas, ao pensarmos a figura do intelectual, nos vêm à mente a imagem de alguém que se dedica a leituras, estudos e às coisas da inteligência, poderíamos daí derivar que um dos critérios (aliado aos já mencionados acima) para se estabelecer quem é e quem não é um intelectual, seria o fato de ele ser mais instruído que a maioria, em uma comparação efetuada no âmbito de sua sociedade em específico. Alertamos que com isso não pretendemos uma qualificação em termos de níveis culturais, à moda da clássica divisão entre cultura popular e erudita. Acreditamos sim, que há uma ligação estreita e circular, portanto, de influências mútuas, que impossibilitam o estabelecimento de limites precisos e definidos entre uma cultura e outra. No entanto, existe uma predefinição do que seria o erudito, com um conjunto de características que a orientam. É através desse pré-senso, advindo do senso comum ou de um conhecimento intuitivo, que apontamos essa caracterização que perpassa o plano das representações cotidianas da sociedade.

Dessa forma, poderíamos dizer que o intelectual detém uma determinada competência cognitiva que o diferencia e que o permite formular argumentos que o

possibilitam tomar a palavra em público para a defesa de uma determinada causa. Poderíamos mesmo diferenciá-lo por um critério de alfabetização: num contexto onde a escolarização ainda é incipiente, como o apresentado nesse texto, o intelectual bem poderia ser demarcado como aquele que goza de uma formação privilegiada, que possui uma competência diplomada (embora se deva atentar para a existência de competências autodidatas). Refinando ainda mais, é possível dizer que o intelectual também deva produzir, deva publicar, sejam artigos, sejam livros (o que não deixa de ser também uma forma de intervenção em cena pública). Com base nisso, é possível estabelecermos uma diferenciação entre aqueles intelectuais que o são por vocação, pois se preocupam e manifestam-se por valores centrais de uma dada sociedade, e aqueles que o são por qualificação (MARLETTI, 1998, p. 637-40). Acreditamos, no entanto, que em muitos casos ocorre um cruzamento entre essas duas formas: aqueles indivíduos que são mais instruídos, ou qualificados, que os demais, em sua especificidade contextual, tendem a assumir a pecha de "condutores", "defensores", de sua sociedade.

Porém, outro ponto precisa ser verificado. Aqui, notamos o que Pierre Bourdieu desenvolveu, ao retomar a intuição de d'Alembert e também a problemática desenvolvida, já nos anos de 1920, sobre *La trahison des clercs* de Julien Benda. Abrindo um parêntese, Benda, que condenava o servilismo, ou mesmo a anuência dos intelectuais, que fossem, às paixões políticas. Para o autor, os intelectuais deviam ser aqueles que falam ao mundo no modo transcendente e que não estão vinculados a valores sectários, mas universais. A verdade não seria verificada pela sua utilidade e nem a justiça seria definida pelo sabor das circunstâncias. Os intelectuais não seriam profissionais a serviço de uma classe ou grupo social, mas seriam caracterizados pela independência e liberdade com que moviam seu pensamento ante a resolução dos problemas da sociedade (BENDA, 1999, pp. 65-121).

Retomando Bourdieu, para quem o intelectual deve preencher duas condições: em primeiro lugar, precisa manifestar sua perícia e autoridade específicas numa atividade política exterior a seu campo particular de atividade intelectual; em segundo lugar,

também deve pertencer a um campo intelectual autônomo, independente do poder religioso, político e econômico, e precisa respeitar as leis desse campo, em outros termos, precisa permanecer um produtor cultural em tempo integral sem se tornar um político (BOURDIEU; SAPIRO; MCHALE, 1991, p. 655-669; BOURDIEU, 1989, p.99). Quando pensa nessa definição, Bourdieu tem em mente o intelectual por vocação, o intelectual engajado no compromisso de defesa dos valores consagrados de uma sociedade. Uma vez atrelado a outro determinado campo (religioso, político-partidário, econômico), o intelectual não gozaria de total autonomia e, consequentemente, sua defesa estaria limitada; seria uma defesa parcial, a fim de que não entrasse em conflito com os interesses do campo a que está ligado.

Já para Norberto Bobbio, se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo, em uma referência a Julien Benda, mas se o homem de cultura se põe acima do combate (*al di sopra della mischia*) para não trair e se desinteressar das paixões da cidade, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral (BOBBIO, 1997, p.21-2). Convém então verificar que aos intelectuais cabe, em determinados momentos, imbuir-se de uma tarefa política (embora não sectária): como por exemplo, os *philosophes* em relação à Revolução Francesa ou a *intelligentsia* russa com relação à Revolução de 1917. No entanto, outro aspecto que precisa ser problematizado é a questão dos valores que são defendidos pelo intelectual: usualmente nomeados "valores universais" de uma dada sociedade; sociedade à qual o intelectual se insere. Com base no que já foi discutido, o que se verifica é a inclusão de uma questão ética (mais especificamente, uma deontologia) na relação com o proceder do intelectual: ele deve, na posição de intelectual, defender os valores e virtudes da sua sociedade. Por isso, a posição de Bourdieu enfatizando a autonomia do intelectual frente a outros campos do poder.

Mas para além da questão ética envolvida, o que chama a atenção é a ênfase nos "valores universais" a serem defendidos. O que deve ser problematizado aqui é a natureza

desses valores, assim como o domínio no qual eles se constituem como valores. Queremos dizer que para eles poderem ser definidos como "valores universais", deve-se compreender a sociedade em que se insere o intelectual e ao mesmo tempo, definir qual o "universo" de ação desses valores. Por exemplo, a defesa da "causa paranaense" na questão de limites compreende não só os valores da justiça e da verdade, como da honra e da honestidade; valores esses, específicos e definidos de acordo com o seu contexto peculiar - o domínio (proposto nas narrativas dos intelectuais) desses valores é especificamente a sociedade paranaense; e esses valores, apesar de possuírem um núcleo semântico genérico, são particulares do contexto no qual fazem sentido: em Santa Catarina, por exemplo, a "causa paranaense" não faz jus à justiça ou a verdade, constituindo assim muito mais um interesse particular dos intelectuais paranaenses do que um valor universal. A questão do que é um valor universal ou um interesse particularista só faz sentido quando definido o domínio de atuação do intelectual em sua defesa: no nosso caso, o domínio constitui-se no Paraná e mais especificamente, no campo intelectual.

Embora tenhamos delimitado outra forma de ser "intelectual" (por qualificação), aceitamos as condições acima propostas por Bourdieu, acreditando que ocorre uma intersecção na ação do intelectual entre sua qualificação e sua vocação, ou que uma produziria a outra, em grande parte dos casos. Acreditamos que, para esse texto, uma vez que os personagens aqui trabalhados estão todos envolvidos de uma forma ou de outra com o campo político (na acepção partidária, e, por conseguinte, alienados a outros interesses que não somente o da defesa da "causa paranaense"), a noção de intelectual no sentido dreyfusiano, de intelectual por vocação, não seria empregada corretamente.

Outro "porém" se associa ao acima mencionado na designação dos intelectuais paranaenses. Apesar de acreditarmos na competência cognitiva e também constatarmos a instrução, a diplomação e as publicações dos envolvidos, observamos uma carência de inovações e também profundidade no que tange o debate sobre os limites com Santa Catarina. Na leitura das diversas narrativas, tanto do período estudado como anteriores,

verificamos não só uma ausência de ineditismo como certa repetição demasiada dos argumentos centrais e periféricos, em um tributarismo da matriz argumentativa "fundadora", negativo à própria imagem que esses personagens estão construindo deles mesmos. A estrutura das narrativas também se oferece com uma espécie de padrão: uma apresentação da situação, seguida de um apanhado histórico que remete desde as capitanias hereditárias até a emancipação e a posterior querela com Santa Catarina, concluindo com tons exaltados de defesa da justiça e da verdade. É nesse sentido, que a construção da identidade, em suas especificidades locais e nacionais, também apresenta um aspecto de eixo organizador do discurso histórico em um determinado período (DOSSE, 2001, p.11-38). Em outros termos, queremos dizer que o debate oferece pouco refinamento e profundidade reflexiva baseando-se sobremaneira na qualidade retórica e na eloquência simplesmente. Ainda porque, para além de tudo isso, havia um processo em andamento de construção de uma identificação para os próprios quadros intelectuais.

Assim (e aliado à ausência de uma vocação no sentido bourdieusiano), quando estivermos nos referindo aos personagens atuantes no debate, é que gostaríamos de usar a expressão entre aspas: "intelectual", em uma espécie de suspensão, para não só deixarmos claro nossa opção pela crítica às rigorosas delimitações conceituais (que acabam por congelar o seu potencial heurístico), como também pela necessidade de problematizar o uso das noções basilares em qualquer trabalho de pesquisa. Poderíamos mesmo dizer que a partir do discurso historiográfico sobre o intelectual paranaense do período, levadas as reflexões acima apontadas em consideração, que ocorre uma invenção do intelectual para o Paraná dos fins do XIX e início do século XX.

2. INTELECTUALIDADES EM FORMAÇÃO: o caso do Paraná.

Se ao longo do século XIX, em toda a América Latina, as independências e formações das diversas repúblicas exigiram dos quadros dirigentes uma reflexão mais

apurada sobre o status e a legitimidade dos limites que demarcam seus respectivos territórios (e, em consequência, demarcam também seu povo), esse pensamento, não obstante, também se fez presente no recém-independente Brasil. Embora a preocupação inicial tenha sido tornar independente o estado, logo em seguida mostrar-se-ia de extrema importância a consecução de um projeto de nação que definisse não só as características, como também o conjunto do que viria a ser chamado povo brasileiro. A função de tal projeto residia na necessidade de legitimação da nação e de suas balizas geográficas ante a instabilidade dos estados recém-formados em toda a América Latina. Para cumprir com este objetivo, um primeiro passo constituir-se-ia com a elaboração de uma história pátria, uma história nacional que estruturasse o passado e, em consequência, projetasse o presente da nação, tecendo seu enredo com as características de uma cultura, de um espírito nacional brasileiro. Dessa forma, produzindo também um sistema de representações que originasse e fundamentasse um sentimento de pertencimento, tão importante ao preceito fundamental da autodeterminação dos povos (origem de diversas reivindicações de independência no período).

No Paraná, o tema da identidade é também um problema a ser resolvido, embora a tentativa planejada de construção de uma identidade seja relativamente tardia, quando se tem em mente que a emancipação da então província ocorre em 1853 e a busca deliberada por elementos que corroborem na sua construção ocorra, com ênfase, somente a partir da república (WACHOWICZ, 1983, p. 19-20). Perfeitamente compreensível, no entanto, pois com a república instaura-se também o regime federativo que fornece relativa autonomia às ex-províncias. Desde a constituição da província do Paraná, um problema aliado à necessidade de constituição de uma identidade que fundamente e legitime a autonomia política é a resolução da questão das fronteiras territoriais com Santa Catarina. Já com a emancipação, percebia-se a necessidade da elaboração de um discurso que pudesse melhor consolidar a nova província, enquanto uma unidade autônoma e distinta das demais do Império.

Conjuntamente, no mesmo período (ao longo do segundo quartel do século XIX), intelectuais e políticos se autoproclamaram os forjadores da nacionalidade, e, no Paraná, se propuseram à confecção de um caráter identitário paranaense. Para tanto, a afirmação dos limites com o estado ao sul passou a ser um local privilegiado para os interesses identitários de intelectuais e políticos paranaenses. Devido a isso, um aspecto característico das narrativas intelectuais da época era a ênfase na construção de uma identidade para o Paraná e o paranaense, sendo que para isso havia a necessidade estratégica premente de definir suas fronteiras (separando assim dois regimes de identidade), assim como a de caracterizar a alteridade contida para além das marcas limítrofes (constituindo, dessa forma, efeitos de fronteira).

Se toda sociedade tem os intelectuais que lhe convêm (BOBBIO, 1999, p. 157); convém de nossa parte verificar em qual contexto eles se inserem, identificando não só a realidade sociocultural de um modo geral (mesmo que de maneira panorâmica: o sistema de instrução, os locais de formação, as agendas de discussão de sua sociedade - os debates em que ela se vê envolvida -, a organização política, as ideias em voga e circulação), mas especificamente os nomes mais expressivos de sua intelectualidade e os nomes menores, quase obscuros, os lugares de possíveis encontros e debates, os diferentes ambientes de produção e projeção intelectuais, os veículos que permitiam a emissão e circulação dos discursos. Através disso, a tentativa de reconstrução dos pequenos domínios de sociabilidade, caracterizados pelos laços ambivalentes de identificação, por seus *ethos* distintivos, por suas formas próprias de sociabilidade.

Tendo isso em mente e partindo para uma contextualização mais abrangente, a fim também de situar os debates sobre as fronteiras e sobre a identidade no Paraná em uma conjuntura mais ampla, uma vez que muitos outros debates também se desenvolveram de igual forma no período. No entanto, apesar de intelectuais e políticos envolverem-se, em sua maioria, nos variados debates, é em relação àquele que reivindica a demarcação das fronteiras e, mesmo que subterraneamente, àquele que requer a construção de uma

identidade para o Paraná, que ocupam um lugar central na agenda dos debates de sua sociedade.

No Paraná, a principal fonte de divisas constitui-se com a emergência da economia ervateira que, em detrimento das atividades pecuárias, transformaria inclusive o interior paranaense através da ocupação de novas áreas de extrativismo. Com isso, e em conjunto com a pecuária, a formação de vastas fazendas e de elites econômicas no Paraná. Nesse ambiente, a necessidade de educação formal era quase nula e os “doutores" que o percorriam não deixaram de destacar a ignorância extrema dos fazendeiros e do pessoal ligado às tropas (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 41). Essa situação, devido à alteração no cotidiano das famílias fazendeiras, inicia uma mudança, na medida em que parte dessas famílias passa a residir nas vilas, local onde já haviam se instalado populações ligadas à economia ervateira. Com esse aumento populacional, as vilas passaram a ser um importante e intenso *lócus* de vida social e política das províncias (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 41-2).

No aspecto político, essas elites econômicas projetavam-se como o Partido Liberal, representado pela facção dos fazendeiros de gado, e pelo Partido Conservador, representado pelos proprietários de engenhos de mate (BEGA, 2001, p. 05). Destaca-se que ao longo dos 36 anos da província, 54 presidentes a governaram (COSTA, 1994, p. 65), revelando uma alta alternância no poder político, o que, de fato, é uma demonstração cabal da instabilidade dos governos provinciais, bem como de sua ineficiência administrativa (WACHOWICZ, 2001, p. 125). O presidente que por mais tempo governou foi Adolfo Lamenha Lins, pelo período de pouco mais de dois anos. (BALHANA, 1969, p. 146: para quem são 55 presidentes).

Nomeados pelo imperador, os presidentes eram escolhidos dentre os nomes pertencentes a uma das duas chapas, no caso, aquela que dominava o cenário político na época determinada, sendo somente após 1889 que um aumento da autonomia política da província, com a nomeação de políticos locais (WACHOWICZ, 2001, p. 125), é verificado.

Durante todo este período, dominado por um caráter personalista de disputa pelo poder, também conhecido como coronelismo ou mandonismo local (MAGALHÃES, 2001, p. 25), os chefes políticos, organizados nos partidos conservador e liberal e que na verdade não possuíam grandes diferenças programáticas, exerciam seu poder político através do controle eleitoral proporcionado pelo dinheiro e pelo voto em aberto. Dessa forma, os cargos públicos não eram senão uma extensão dos interesses privados (MAGALHÃES, 2001, p. 26).

No período provincial destacaram-se politicamente poucos nomes, entre eles o de Adolfo Lamenha Lins, que foi presidente entre os anos de 1875 e 1877. Sendo do Partido Liberal, em sua administração deu foco a instrução, criando a Escola Normal e renovando o Liceu Paranaense (WACHOWICZ, 2001, p. 129), assim como implementou e foi meta de seu governo uma política de imigração europeia, conhecida como linismo. Nela percebe-se a característica funcionalista que apresenta, no que tange o campo cultural (na época, convém lembrar, estava em voga as diversas teorias racialistas de Joseph Arthur de Gobineau e Louis Agassiz), na medida em que, ao motivar a imigração europeia, além de promover um branqueamento da população estaria também tornando-a mais europeia. Vejam que a problemática racial foi uma questão tão presente para aquela sociedade que se chega a pensar uma política de imigração, com a finalidade de produzir essa suposta europeização (branqueamento) do povo, no fim do século XIX.

Ao longo do período provincial, a instrução pública, a despeito da importância e complexidade que as vilas vinham assumindo, era muito precária, sendo o ensino secundário quase inexistente, ou quando passa a ser incentivado (1870 em diante), torna-se um benefício para as elites prioritariamente (TRINDADE, 2001, p. 61). Para os filhos dessa elite econômica paranaense, os estudos superiores se fariam na Europa ou, então, em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, e somente aos que possuíam recursos suficientes para tal empreendimento (BALHANA, 1969, p. 249). Até o momento da criação da universidade no Paraná, já na segunda década do século XX, o contexto de formação de

uma intelectualidade dá-se em um caráter periférico e dependente dos centros formadores no sudeste. E é conveniente lembrar, que a letra apareceu como a alavanca de ascensão social, da respeitabilidade e da incorporação aos centros do poder (RAMA, 1985, p. 79).

O poeta e historiador Rocha Pombo procurava mostrar (e construir uma imagem) como a impressão deixada pelas primeiras crônicas sobre o Paraná era a da preocupação, desde cedo afirmada, da necessidade de instruir a infância. Onde qualquer vila, ou mesmo simples povoação, muito antes de ter se organizado a província, os próprios habitantes mantiveram à sua custa uma escola primária. O autor afirmaria essa atitude como reveladora das tendências da população (POMBO, 1900, p. 169).

Seria, no entanto, somente com a implantação da província que a questão do ensino se encaminharia e “com a primeira legislatura paranaense deu logo provas de que a instrução popular era a causa de todos” (POMBO, 1900, p. 275-6). Em 1900, descreveria Rocha Pombo a sua situação: "a instrução deve estar hoje muito desenvolvida no Estado, é o mais que podemos dizer" (POMBO, 1900, p. 279). Posteriormente, e em discordância com o otimismo de Rocha Pombo, a constatação de que, com relação ao problema da instrução pública, "somente acompanhamos, com doloroso olhar, a sua marcha para trás", uma vez que o governo “por vezes, voltou a sua atenção para ele, não o fez, porém, com proveito” (SILVIUS, 1912, p. 01). Por fim, a conclusão: "infelizmente podemos dizer que no Paraná não há instrução e que, aqui, “o problema é mais moral do que material" (BALLÃO, 1912, p. 01)

Com este contexto marcado pela educação modesta e timidamente desenvolvida, o campo das letras também se veria afetado. Neste período poucos personagens destacar-se-iam, sendo os principais centros as cidades de Paranaguá e de Curitiba: nomes como Fernando Amaro, Brasílio Itiberê da Cunha e Júlia da Costa em Paranaguá, e no âmbito da poesia popular, Bento Cego. Por sinal, Dario Vellozo é um nome muito ativo nesse contexto, escrevendo artigos nas revistas literárias, produzindo suas obras e debatendo temas culturais. Nestes artigos, além de defender a tese de que o Paraná não tem literatura,

Vellozo divide as manifestações literárias paranaenses em três períodos: da emancipação política da província até o ano de 1870, uma segunda época de 1870 a 1885 e uma terceira, de 1885 a 1895 (VELLOZO, 1894; VELLOZO, 1895; VELLOZO, 1896). Apesar do acanhado quadro intelectual, aos poucos, este iria tomando forma para se tornar relativamente marcante nas gerações posteriores, após 1880 e nos inícios do século XX (PERNETA, 1898; POMBO, 1900, p. 289).

Com relação aos centros formadores dos quadros intelectuais, se não eram os europeus, eram então as poucas faculdades existentes no Brasil da época, tributárias do modelo francês das Grandes *écoles*, criadas a partir de 1808, devido à necessidade de suprir o estado com profissionais preparados para a execução de obras de engenharia ou para atividades no direito, na política ou administração pública, por exemplo. Em todo caso, a marca é a maneira utilitária e pragmática com que é pensada a formação do ensino superior no Brasil do período (FÁVERO, 2000, p. 20): seu caráter secular e de formação de profissionais, sua estrutura de poder baseada na hierarquia e no sistema de cátedras vitalícias. O catedrático era aquele que dominava seu campo de saber e que, analogamente, dominava também o lugar que ocupava na estrutura acadêmica. Era caracterizado como um exemplo profissional por seu renome, o que produzia, circularmente, a legitimação e a autorização do lugar que ocupava. É assim que surgem os cursos médicos na Bahia (Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em Salvador) e no Rio de Janeiro (Escola de Cirurgia); os jurídicos em São Paulo e Olinda; e em engenharia no Rio de Janeiro. Igualmente, outros com um caráter mais desinteressado em Pernambuco (matemática superior), em Vila Rica (desenho e história), em Paracatu/MG (retórica e filosofia), entre outros.

Imbuídas por esse projeto de formar uma primeira geração de profissionais, também chamados bacharéis (ADORNO, 1988), a proposta era promover não só um ordenamento e legitimação jurídica da nova nação, mas também o delineamento e execução de políticas sanitárias e criação de obras de infraestrutura urgentes à modernização, entre outras tarefas. Naturalmente influenciadas pelo modelo europeu de

universidade (instituição europeia por excelência), não só no modo como foram criadas e pensadas estruturalmente e em termos de finalidades, mas também no ideário transmitido aos seus alunos. A prerrogativa fundamental, além do caráter utilitarista, era prover o país de um quadro intelectual (principal e prioritariamente técnico) capaz de realizar sua modernização e renovar sua sociedade. Modernização que tinha como prerrogativas, entre outras, o discurso da salubridade e assepsia dos espaços da cidade (CLEVE, 1912, p. 01); a implementação de projetos de saneamento e embelezamento dos centros urbanos; a otimização dos espaços ante a emergência do fenômeno do aumento da população e do tráfego; assim como os ideais de progresso e desenvolvimento, não só material como espiritual da humanidade; e a felicidade e prosperidade advindos de tal estado.

Embora fossem múltiplos os pequenos domínios de socialização - ou então, como denominou Jean-François Sirinelli: ecossistema (SIRINELLI, 1996, p. 242-4) -, os locais de encontro e debate, os clubes, os ambientes culturais, as redações dos jornais e revistas, no conselho de editores nas tipografias, é na esfera do Congresso Legislativo Estadual que a grande maioria dos intelectuais se encontrava. Também na esfera do serviço público de um modo geral, das áreas vinculadas ao setor jurídico às áreas relacionadas à instrução: promotoria, secretarias de governo, como agentes fiscais, professores, enfim, diversos espaços sinecuriais em grande parte. Outro aspecto a ser notado, diz respeito à formação da grande maioria desses intelectuais: tendo consciência dos limites impostos pelo próprio sistema de ensino nacional durante o período imperial e do início da república, na medida em que favorecia poucas áreas de formação, basicamente direito e medicina (ou então a carreira militar e uma formação em engenharia), a grande maioria enfatizava as ciências jurídicas da Faculdade de Direito de São Paulo. Formaram-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais dessa instituição: Ermelino Agostinho de Leão, Vicente Machado da Silva Lima, Generoso Marques, entre outros.

Nem todos os nomes, que foram compostos a fim de tecer um quadro geral da intelectualidade paranaense no período, projetassem-se na discussão acerca da causa

paranaense na questão de limites, ou mesmo na questão da identidade paranaense. É certo, porém, que, de uma forma ou de outra, todos eles participaram na edificação do clima da discussão dessas questões. Seja através de sua intervenção direta no debate, seja através do silêncio de sua expressão, os intelectuais no Paraná contribuíram para a consolidação de uma herança que pode ser notada até os dias de hoje: a necessidade paranaense de afirmação enquanto Paraná e seu povo, emblematizada pelas reiteradas campanhas publicitárias e políticas de identidade. Um exemplo dessa continuidade: a campanha publicitária Bicho do Paraná, criada por Eloi Zanetti ainda na década de 80 e que perpassa também toda década de 90. A preocupação de Zanetti era com relação à perda contínua da memória paranaense e, consequentemente, de sua identidade. O projeto envolvia a recuperação da história paranaense, através do resgate de personagens, dignos paranaenses, injustamente esquecidos (MILLARCH, 1986, p. 13).

Uma vez traçados os caracteres mais gerais do mundo intelectual no Paraná, cabe a partir de então apresentar de forma mais específica as peculiaridades do seu tecido intelectual, enfim, a organização e disposição dos quadros intelectuais no período: as afinidades, as desavenças, as sociedades políticas e culturais, os acordos e alianças, as polêmicas e os debates, e as formas de envolvimento com tais questões. Com relação às formas de projeção intelectual, sob diferentes contornos, os intelectuais insinuavam-se no cenário público da capital paranaense, seja através de discursos efetuados na câmara ou nos diversos clubes a que eventualmente estavam vinculados, seja através de publicações nos diversos jornais e revistas em circulação, assim como através de suas ações na arena política a que estavam umbilicalmente ligados. Desse modo, os quadros de referência apontados nada mais são do que a composição das fronteiras do espaço em que os intelectuais estão dispostos, a cultura disponível. Suas projeções não são mais do que incursões, exercícios de sua liberdade dentro desses contornos chamados de cultura.

O primeiro espaço que todo personagem, com uma maior expressão ou que então, a ela almeja, participa e se projeta, é o das organizações partidárias em específico, ou da

arena política no sentido mais amplo. Diversas vias (como base de sustentação intelectual) podem ser seguidas pelo intelectual do Paraná no período: das carreiras dirigentes (proprietários, profissionais liberais e políticos profissionais) às carreiras militar e eclesiástica. Embora, também como uma outra forma de sustentáculo para uma carreira intelectual, seja a via junto ao funcionalismo público, ou como professor, ou como assessor, ou como fiscal, etc. Poucos são os que detêm o privilégio de não precisar dedicar-se a outras atividades que não a de escritor (intelectual, enfim).

Da mesma forma, a participação de intelectuais na política (ou de políticos associados a uma postura e imagem de intelectuais), assim como em outras formas de colaboração com a política partidária dirigente, que podem ser efetivadas através da assessoria, orientação, auxílios de variadas ordens, acontece como um recurso à efetivação de interesses diversos: intelectuais encontram no exercício da política partidária não só o que acima foi referido como uma base de sustentação, mas também um lugar de projeção e expressão e, em alguns casos, um lugar para promover a implementação de mudanças em sua sociedade, para a objetivação de visões de mundo. De toda forma, quando intelectuais avançam na esfera político-partidária, essa ação é geralmente conduzida por interesses instrumentais, assim como quando o contrário (políticos intitulando-se como intelectuais) acontece. Nessa última situação o interesse é mais ou menos claro: gerar autoridade e, a partir disso, legitimidade para suas ações na arena política. A pecha de intelectual promove isso.

Tanto no campo político como no intelectual, princípios de legitimação estão intervindo constantemente. O intelectual precisa deixar clara sua competência (científica na maior parte dos casos). O político igualmente. O que ocorre em grande parte é a perversão desse princípio de legitimação através da ênfase na qualidade retórica pura e simplesmente. Nesse sentido, um personagem que discursa bem e possui uma competência argumentativa baseada na qualidade retórica, acaba por arrebanhar admiradores, dessa forma, também arrebanhando legitimidade. Legitimidade que é

condição para a geração de autoridade ao discurso produzido. Uma vez dotado de autoridade, o discurso intelectual e político abre-se para um potencial trabalho de dominação política (através da ação dos partidos e das políticas governamentais) e cultural (através da construção de identidades e todos seus epifenômenos).

No âmbito da intelectualidade - e quanto ao nível de consagração, ou então de envolvimento nos debates, esses personagens podem ser enquadrados como intelectuais maiores e menores -, um dos principais locais de encontros e que acabava por arregimentar os intelectuais era o Centro de Letras do Paraná, fundado nos fins de 1912. Pois, "de há muito vinha trabalhando o espírito de nossos homens de letras a organização de um Centro, embora de fato os nossos escritores vivam na mais bela solidariedade espiritual, formando um verdadeiro bloco" (CENTRO de Letras do Paraná, 1913, p. 01). O que de fato pode ser verificado, na medida em que são sempre os mesmos nomes que atuam nos clubes, revistas, jornais. Apesar disso, via-se a necessidade de criação de um ponto de reunião e de encontros, uma vez que os intelectuais viam-se órfãos do Club Coritibano, do Cenáculo, entre outras agremiações e revistas de caráter mais efêmero. Nomes conhecidos, tributários das gerações precursoras do simbolismo no estado, estariam presentes aqui também:

> Aceita por todos a Ideia, foi aclamado
> presidente da reunião o sr. Euclides Bandeira que
> assumindo a direção dos trabalhos, depois de agradecer a
> distinta gentileza, convidou para secretário o sr.
> Clemente Ritz [...]
> Em seguida nomeou a seguinte comissão
> para organizar o projeto de Estatutos: dr. José Santa
> Ritta, Zeno Silva, dr. João Pernetta, Romário Martins,
> Generoso Borges e Raul Gomes.
> (CENTRO de Letras do Paraná, 1913, p. 01)

Um centro que congregasse os intelectuais da época, "num ambiente intelectual, grande e brilhante como o nosso, com espíritos afinados no mesmo ideal: poetas,

romancistas, publicistas, críticos, jornalistas, etc." (CENTRO de Letras do Paraná, 1913, p. 01), este seria seu objetivo principal. Apesar da "mais bela solidariedade espiritual, que produzia um verdadeiro bloco" (CENTRO de Letras do Paraná, 1913, p. 01) intelectual, nem tudo era absolutamente homogêneo e linear. Embora deva se atestar o fato de que, no âmbito das letras e da intelectualidade, houvesse sempre um grupo composto com os mesmos nomes, atuando nos diversificados lugares de expressão intelectual, havia discordâncias e polêmicas. Por exemplo, as reações dos novos e dos novíssimos, com relação ao movimento simbolista dos precursores. É claro que, de forma alguma essas reações representavam uma ruptura em sentido completo, mas de qualquer forma, atestam uma mudança, mesmo que ligeira, de orientação. Outro aspecto que pode ser utilizado como exemplificação é o fato de o movimento simbolista não ser o único tipo presente no Paraná. O romantismo, o parnasianismo, o realismo, também tiveram autores, ou mesmo os personagens vinculados de forma uniforme ao simbolismo tiveram seus acessos de parnasiano ou realista, por exemplo. Essa imagem da uniformidade é construída exatamente para passar a impressão de um movimento forte e vigoroso, uma vez que o ecletismo era visto com maus olhos.

Nesta chamada "terra dos pinheirais" (FONTENELLE, 1913, p. 01), modelada por diferentes e expressivas determinantes sociais, marcada por constrangimentos de diferentes ordens, como jogos de poder, lutas classificatórias no âmbito simbólico e das representações, disputas pela autoridade em produzir conhecimento legítimo, polêmicas públicas cujas ressonâncias se fazem na vida pessoal dos personagens que as promovem, violências de todo tipo, a intelectualidade ver-se-ia também alojada. Dito de outra forma, os limites entre a esfera dos problemas políticos seriam praticamente os mesmos da esfera dos problemas intelectuais, ou ainda em outros termos, as questões presentes na ordem do dia seriam as mesmas para a arena política e para o campo intelectual no Paraná, havendo uma reciprocidade, ou circularidade, na influência e na própria projeção de uma sobre a outra. O que assume mais clareza quando se verifica a projeção dos personagens em um ou

outro espaço: intelectuais envolvidos com a política e políticos almejando a pecha de intelectuais.

Associação de intelectuais à política ou políticos associando-se a uma postura e imagem de intelectuais: a questão é de difícil resolução, mas são dois movimentos que precisam ser considerados. O elo que ligaria, por exemplo, o grupo dos simbolistas com as questões da agenda de debates política, seria Romário Martins, assim como Domingos Nascimento e Leôncio Correia, que participavam das reuniões de O Cenáculo, do Club Coritibano e posteriormente, de O Fanal. É dessa forma que a circularidade se daria na medida em que os personagens não só envolvidos com a política local, também se projetariam nos espaços antes descritos, como clubes de recreação e literários, nas reuniões das associações e instituições culturais diversas, nas repartições públicas e nos espaços das profissões liberais, escritórios de advocacia, consultórios médicos, etc., enfim, locais de trabalho ou locais de simples encontro. Os nomes mais importantes desse cenário intelectual, aos quais giravam os de menor expressão, eram ainda os de Dario Vellozo, Romário Martins, Nestor Victor e de Rocha Pombo, que estava no Rio de Janeiro, mas ainda exercia sua influência. É, no entanto, Euclides Bandeira com sua reação dos Novos e Tasso da Silveira com a dos Novíssimos que assumem um primeiro posto na expressividade das letras e da intelectualidade no Paraná na década de 1910.

Com tudo isso, quer se sugerir que, por maior silêncio que se faça ante as questões de relevância política, não só as ideias como os problemas de uma sociedade encontram-se difusos no âmbito mais íntimo das populações, através da circularidade e da capacidade de irradiação das representações produzidas pelos discursos políticos ou intelectuais. Ante tudo isso, é verificável também, tanto no âmbito político como no intelectual, a concorrência por um monopólio na autoridade de legislar em matéria cultural (como já é natural em matéria política). Continuamente os personagens procuram desacreditar e desautorizar o discurso de seu concorrente ante a defesa da causa de limites. É claro que em grande parte dos casos a intenção básica é a de macular a carreira política dos

adversários. Dessa forma, no interior do debate com Santa Catarina sobre a questão de limites há também outro debate que visa definir quem realmente defende a causa do Paraná e quem finge defender ou é incompetente em defendê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade onde a figura do intelectual é ainda pouco disseminada, onde as conveniências de uma carreira qualquer são parcas e reservadas a uma pequena fração da população, poucos são os que detêm a regalia de não precisar dedicar-se a outras atividades que não a de escritor. Devido a isso que a participação de intelectuais na política-partidária dirigente, como formas de colaboração, e efetivadas através da assessoria, orientação, auxílios de variadas ordens, se torna uma constante para o período. O que ocorre como um recurso a realização de interesses diversos, na medida em que intelectuais encontram no exercício da política partidária não só uma base de sustentação, mas também um lugar de projeção e expressão. De toda forma, quando intelectuais avançam na esfera político-partidária, essa ação é geralmente conduzida por interesses instrumentais, assim como quando o contrário (políticos intitulando-se como intelectuais) acontece. Nessa última situação o interesse é mais ou menos claro: gerar autoridade e, a partir disso, legitimidade para suas ações na arena política.

Voltando nossos olhos para um desfecho possível, para uma fronteira última formalizante, queremos atentar para o fato de que em toda sociedade, os indivíduos que a compõem, assumem (e/ou são assumidos) certas posições que possuem um arranjo de funções, de códigos de comportamento, formas de procedimento, etc., que acabam por torná-los reconhecíveis, gerando assim identidade a esses grupos. Nesse sentido, o intelectual é um indivíduo que se acomoda a uma posição na organização de sua sociedade. Portanto, independentemente de seu status particular ou de grupo, ocupa um lugar nessa sociedade. Um lugar, em grande medida, construído. No Paraná, como tentamos expor, o

intelectual e a intelectualidade foram o motor da construção de um sistema de representação bastante distinto, marcado por lutas pelo monopólio na tarefa de legislar sobre aspectos da cultura do estado que, sob outros termos, se traduz em uma mutação no modo de exercício do poder, que se torna mais refinado e sutil ao tomar ciência do mecanismo edificador de representações. Da mesma forma, a partir de sua atitude performática, nas tribunas ou na imprensa, e do mecanismo que constrói imagens para si mesmo e para o grupo ao qual pertence, o intelectual fora elevado (ou, a si mesmo elevou) a uma certa altitude, a um certo posto mais elevado. O intelectual havia recebido a competência de dizer e ser ouvido, enfim, a soberania na tutela das coisas do intelecto.

FONTES

BALLÃO, Jayme. A Nova Administração. In: Diário da Tarde, 16 de fevereiro de 1912, p. 01.

CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

FONTENELLE, Barbosa. Terra dos Pinheiraes. In: Diário da Tarde, 15 de janeiro de 1913, p. 01.

CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ. In: Diário da Tarde, 4 de janeiro de 1913, p. 01.

CLEVE, L. Uma medida sanitária necessária (Conclusão). In: Diário da Tarde, 1 de fevereiro de 1912, p. 01.

_____. Uma medida sanitária necessária. In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01.

DIÁRIO DA TARDE, 2 de fevereiro de 1912, p. 02.

MILLARCH, Aramis. Bamerindus guarda também a memória de nosso estado. In: Estado do Paraná, caderno Almanaque, coluna Tablóide, 03 de dezembro de 1986, p. 13.

PERNETA, Emiliano. Literatura no Paraná em 1890. Revista do Club Coritibano, 1898.
POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no Centenário. 1500-1900. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.

SILVIUS. Nas Regiões do Ensino - II. In: Diário da Tarde, 01 de fevereiro de 1912.

_____ . In: Diário da Tarde, 31 de janeiro de 1912, p. 01.

VELLOZO, Dario. A literatura no Paraná. Revista do Club Coritibano. 1895.

_____. Esmerilhos da literatura no Paraná. Revista do Club Coritibano. Números 04 e 06 de 1896.

_____. Pela literatura. Revista do Club Coritibano. Número 08 de 1894.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **OS APRENDIZES DO PODER:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BALHANA, Altiva Pilati; et alii. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **SONHO E INVENÇÃO DO PARANÁ:** geração simbolista e a construção de identidade regional. Tese de doutorado em sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: **BASTOS**, Élide Rugai; **REGO**, Walquíria D. Leão. (Orgs.). **INTELECTUAIS E POLÍTICA:** a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999, pp. 65-121.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo, Editora da UNESP, 1997, p. 21-2.

_____. Intelectuais e vida política na Itália. In: **BASTOS**, Élide Rugai; **REGO**, Walquíria D. Leão. (Orgs.). **INTELECTUAIS E POLÍTICA:** a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BOURDIEU, Pierre; **SAPIRO**, Gisele; **MCHALE**, Brian. Fourth Lecture. **UNIVERSAL CORPORATISM:** The role of intellectuals in the modern world. Poetics Today, Vol. 12, No. 4, National Literatures/Social Spaces, (Winter, 1991), p. 655669;

_____. **THE CORPORATISM OF THE UNIVERSAL:** The role of intellectuals in the modern world. Telos, 1989, n° 81, p.99.

CAMPOS, Névio de. **INTELECTUAIS PARANAENSES E AS CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE:** 1892-1950. Tese de doutorado em educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

COSTA, Samuel Guimarães. História Política da Assembleia Legislativa do Paraná. Vol. 01. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.

DOSSE, François. **A HISTÓRIA À PROVA DO TEMPO:** da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNIVERSIDADE DO BRASIL:** das origens à construção. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **PARANÁ:** política e governo. Curitiba: SEED, 2001.

MARLETTI, Carlo. Intelectuais. In: **BOBBIO**, Norberto; **MATTEUCCI**, Nicola; **PASQUINO**, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 637-40.

PROCHASSON, Christophe. O Caso em todos os seus aspectos. In: **RIOUX**, Jean-Pierre; **SIRINELLI,** Jean-François (Org.). Para uma história cultural. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 221-236.

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAID, Edward W. Representações do Intelectual. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual, entre mitos e realidades. In: Revista Espaço Acadêmico, n° 29, Out. 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Intelectuais. **RÉMOND**, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; **ANDREAZZA**, Maria Luiza. Cultura e educação no Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Ruy C. História do Paraná. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. **UNIVERSIDADE DO MATE:** História da UFPR. Curitiba: APUFPR, 1983.